

PLA

POLÍTICAS E LINHAS DE AÇÃO - CLACSO COLEÇÃO SUL-SUL

MARÇO 2016



Compartilhando Políticas de Direitos Humanos por meio da Cooperação Sul-Sul*

♦ **MICHELLE MORAIS
DE SÁ E SILVA**

PhD em Educação Comparada
Internacional, Columbia Uni-
versity. Mestre em Estudos
sobre Desenvolvimento, In-
ternational Institute of Social
Studies, Erasmus University
Rotterdam. Bacharel em Re-
lações Internacionais, Univer-
sidade de Brasília.

E-mail:
moraismichelle@gmail.com

❖ Apresentação

A prática da cooperação entre os países do Sul para o compartilhamento de políticas públicas tem ganhado crescente interesse e prioridade política nos últimos anos. No entanto, algumas políticas públicas têm obtido maior sucesso no processo de

*Este trabalho é o resultado da competição para Grants Sul-Sul 2015 “Educação, políticas públicas e direitos. Desafios para o Sul”.

◆ PALAVRAS-CHAVE

■ Cooperação
Sul-Sul

■ Direitos
Humanos

■ Transferência de
políticas públicas

■ Sul global

■ Brasil

difusão entre os países do Sul do que outras. Neste contexto, este estudo examina por que experiências participativas e baseadas em direitos, como o caso da política de educação em direitos humanos do Brasil, não se difundiram para nações irmãs, apesar dos esforços realizados. A ideia era analisar quais fatores favorecem ou impedem que os países do Sul compartilhem entre si suas genuínas experiências, muitas delas com conteúdos e princípios inovadores e contestadores do sistema internacional dominante.

Cinco casos foram comparados, nos quais o Brasil cooperou com o Haiti, Cuba, El Salvador e Guiné Bissau. Os tópicos de cooperação incluíram a promoção dos direitos das pessoas com deficiência (Haiti), da população LGBT (Cuba), de crianças e adolescentes (El Salvador), assim como a promoção de políticas de educação em direitos humanos e de garantia do direito ao registro civil de nascimento (Guiné Bissau).

A pesquisa empírica envolveu a realização de 22 entrevistas com atores nos cinco países estudados, incluindo agentes governamentais, membros de organismos internacionais, consultores e acadêmicos. Os documentos oficiais de cada projeto, assim como seus registros administrativos, foram também analisados. Especial atenção foi dedicada aos contextos específicos de cada caso, particularmente às características da política sendo compartilhada, ao papel



desempenhado por organismos internacionais e por normas internacionais de direitos humanos.

O estudo partiu da hipótese de que as características da política em questão importam para o processo de transferência, o que não necessariamente tem haver apenas com a questão de a política alcançar resultados ou ser considerada uma boa prática. Em especial, o estudo trabalhou com a hipótese de que políticas simples (ou de simples implementação) são mais facilmente compartilháveis com outros países do que políticas complexas.

✦ Análise política

As iniciativas de cooperação sul-sul dos governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil - pelo menos em direitos humanos - foram significativamente permeadas por uma consciência de que as políticas públicas brasileiras advieram de forte pressão social e de que seria importante institucionalizar os canais de manifestação desta pressão, para que pudesse haver avanços. No entanto, esse conteúdo





participativo das experiências brasileiras as tornam menos atrativas e muito menos empoderadoras para os parceiros de outros países do Sul. Naturalmente, os tomadores de decisão nos países do Sul buscam soluções que os fortaleçam e não mudanças institucionais que potencialmente possam enfraquecê-los em sua relação com a sociedade civil. Mesmo no Brasil, a participação social ainda é altamente questionada enquanto método de governo.

Por outro lado, a transversalidade/intersectorialidade também presente nas políticas de direitos humanos do Brasil parece captar mais a atenção dos tomadores de decisão dos países do Sul, por verem nesta característica a possibilidade de se empoderarem e “comandarem” parte do trabalho de diversos outros atores.

É importante destacar que, com a atual instabilidade política e econômica por que passa o Brasil, há uma grande chance de que os recursos e oportunidades para a cooperação sul-sul em direitos humanos se tornem ainda mais escassos. É possível que um período áureo tenha se encerrado e que a futura cooperação sul-sul brasileira seja ainda mais tímida. Portanto, é fundamental que se olhe para trás e se analisem as experiências passadas. Pode-se dizer que a cooperação sul-sul do Brasil adquiriu seu ápice político durante os dois mandatos de Lula e experimentou anos inerciais durante o primeiro mandato de Dilma, em que ainda foram implementadas muitas iniciativas negociadas durante a administração anterior. Essa análise constitui, portanto, uma im-

portante base de reflexão e aprendizado para os momentos que virão, em que haverá uma maior necessidade de identificação de prioridades e de adoção de estratégias que elevem o potencial de que essas iniciativas sejam geradoras de transformação.

* Propostas

Propostas de curto prazo:

Para organismos internacionais e doadores tradicionais:

Concentrar esforços nas seguintes ações e papéis para a promoção da cooperação sul-sul:

- i)** Atuar como animadores e entusiastas da cooperação sul-sul, não deixando as partes se desmobilizarem diante dos desafios de implementação;
- ii)** Identificar experiências interessantes que possam se tornar objeto de cooperação sul-sul;
- iii)** Realizar follow-up de projetos de cooperação sul-sul em andamento ou finalizados, para que os mesmos alcancem sustentabilidade;

iv) Desempenhar o papel de ponte entre as estruturas institucionais de diferentes países do Sul, possibilitando o diálogo e o intercâmbio entre as mesmas;

v) Identificar situações de risco em que o organismo internacional ou o doador possa representar barreira ou concorrer com a cooperação sul-sul.

Para o Brasil:

i) Fazer explicitamente a escolha política de dar continuidade ao compartilhamento de suas políticas que envolvem a participação social, inclusive na área de direitos humanos;

ii) Incorporar a participação social ao discurso brasileiro em torno da cooperação sul-sul, o que passa por reconhecer a importância da mesma para o sucesso das políticas brasileiras;

iii) Reconhecer as dificuldades que tendem a ser enfrentadas em projetos de cooperação sul-sul que envolvem o compartilhamento de experiências de participação social;

iv) Desenvolver estratégias de ativa persuasão dos parceiros do Sul quanto à importância da participação social para que se alcance um desenvolvimento democrático e inclusivo. Esses



parceiros podem vir a identificar o valor da participação social e de como seus próprios interesses podem ser atendidos por práticas participativas.

Para os demais países do Sul:

i) Identificar características que possam ser peculiares a determinada política pública e como essas características operaram para empoderar ou não os tomadores de decisão no país que a receberá por meio da cooperação sul-sul;

ii) Enquanto se olha, tradicionalmente, para os resultados que determinada política alcançou em um país A, sugere-se que se deva olhar também para o quanto esta mesma política será de interesse dos atores domésticos no país B.

Propostas de longo prazo:

Para o Brasil:

Resolver um paradoxo semelhante àquele já colocado pelos princípios da solidariedade e da não-ingrência: como influenciar os níveis de participação social nos países do Sul sem se imiscuir em sua política doméstica?



Para o Brasil e demais atores internacionais envolvidos na promoção da cooperação sul-sul:

- i) Se a cooperação sul-sul objetiva levar mudança e justiça social para os países do Sul, é preciso que ela seja verdadeiramente abraçada pelos atores locais que são capazes de produzir essa mudança;
- ii) Acompanhamento, presença prolongada e “paciência” parecem estar igualmente presentes em experiências positivas de cooperação sul-sul, as quais, ao transferir “jabuticadas” nascidas no próprio Sul, criam raízes e dão frutos.



PLA

Secretário Executivo | **Pablo Gentili**

Diretora Acadêmica | **Fernanda Saforcada**

Editor | **Carlos Fidel**

Coordenadora do Programa Sul-Sul | **Karina Bidaseca**

Assistentes da Área de Promoção de Pesquisa | **Magdalena Rauch - Victoria Mutti**

Coordenador Editorial | **Lucas Sablich**

Coordenador de Arte | **Marcelo Giardino**

www.clacso.org